RELATÓRIO DA REUNIÃO REALIZADA NA DGP/INSS EM 18 DE JULHO DE 2017

Presentes: Fenasps: Moacir Lopes (PR), Deise Lúcia (SP), Lídia de Jesus (BA), José Campos (RS), Thaize Antunes (SP), Eduardo Franco (SP), Cleuza Faustino (MG), Sebastião Oliveira (PR), Carlão (DF), Goreti dos Santos (SC).

Diretor de Gestão de Pessoas: Thiago Andrigo Vesely, e a diretora substituta, Mônica Arcoverde.

Na abertura da reunião, os representantes da FENASPS reapresentaram os pontos da pauta de reivindicação dos servidores, apresentada pela Federação, que não foram atendidos: 01) Cumprimento do Acordo de Greve, REAT, Jornada de Trabalho, Comitê Gestor; 02) Os direitos dos Servidores no projeto INSS Digital; 03) Pauta de Reivindicação: Campanha Salarial 2017; 04) Prorrogação do Ciclo IMA/GDASS e 05) Projeto de 35 horas de trabalho para setores que não estão na jornada de 30 horas.

Diante das diversas versões sobre a implantação dos novos projetos e considerando que diversas resoluções precisam ser tomadas em outras instâncias, propusemos a realização de uma reunião conjunta com o Presidente do INSS e Diretoria Colegiada, a fim de dirimir as dúvidas e buscar soluções sobre as mudanças nos processos de trabalho, além da solução das questões pendentes como pagamento da GDASS, Adicional de Qualificação, ampliação de turnos para as PEXs, Comitê Gestor de Carreira, REAT, Ciclo da GDASS, INSS DIGITAL, TELETRABALHO, Concurso Público e as relações trabalhistas para os servidores que forem inseridos no teletrabalho.

Informamos que após as reuniões realizadas com os técnicos da DIRAT sobre o INSS Digital, bem como a divulgação do balanço sobre a implantação do INSS Digital do projeto Piloto na GEX em Mossoró/RN, faz-se necessário aparar as arestas de como está este processo.

Na reunião com os representantes da Diretoria de Atendimento e equipe técnica que está desenvolvendo o projeto INSS Digital, foi afirmado à Federação que "a partir de agosto de 2017, estarão sendo implantados 5 polos experimentais por Superintendência, ou seja, 25 unidades do INSS, trabalhando no novo modelo. Que em princípio consiste em fazer o protocolo com a digitalização dos documentos, seja nas APS ou em parcerias via cooperação técnica com Sindicatos, Prefeituras, Empresas e outras organizações. Na avaliação dos gestores do projeto estarão equacionando uma demanda de 93 anos da Previdência. E a implantação deste sistema não está vinculada ao Teletrabalho, que será um outro projeto a ser implantado".

O diretor da DGP foi enfático ao afirmar que "a área de Gestão de Pessoas cuidará da parte de capacitação de pessoal para fazerem o Teletrabalho, pois não é um processo simples, já que precisam de um regramento e os trabalhadores envolvidos precisam compreender as complexidades do trabalho em casa". E existe um grupo de estudo técnico elaborando as orientações, que estarão prontas com previsão de implantação nos locais que se enquadrem nas condições que forem estabelecidas, como a área-meio a partir de 1° de agosto/17. No entanto, nas APS a responsabilidade de implantação está a cargo da DIRAT.

Informou ainda que na reunião da Diretoria Colegiada ocorrida no último dia 13 de junho foram constituídos três Grupos de Trabalho (GTs) institucionais sem a participação de nenhuma entidade classista:

1) GT para discutir 35 horas com sobreaviso, baseada em experiências de outros ministérios e a exemplo do Judiciário e da Receita Federal. Em fase de conclusão em ajustes internos, com previsão para implantação 01/08. Afirmou que se der certo no INSS, poderá será a primeira experiência no Executivo;

2) Liberação de pontos para os Gerentes, que depende de conversas internas com o Ministro do Planejamento;

3) Banco de horas - depende de ajustes no SISREF;

Embora o diretor tenha explicado as tarefas dos grupos técnicos, não explicou ainda como ficará a relação trabalhista dos funcionários que aderirem ao teletrabalho, afirmando que as normativas sobre isso estão sendo tratadas no grupo técnico para posterior divulgação.

Em relação às cláusulas não cumpridas do acordo de greve de 2015 e a pauta de reivindicações, confirmou que estas demandas deverão ser tratadas com a Presidência e Diretoria Colegiada, onde serão tratadas das demandas pendentes e das controvérsias sobre a implantação do INSS DIGITAL x TELETRABALHO.

Sobre a jornada de 35 horas de trabalho na área-meio e unidades que não fazem parte do REAT, explicou que o grupo está concluindo os estudos para parecer da Procuradoria e análise da Presidência do INSS que caberá baixar as normas autorizando. Estando devidamente concluído, esta nova jornada poderá iniciar-se a partir de 1° de agosto.

Esta jornada consiste em 7 horas de trabalho com 15 minutos de descanso e 01 hora de sobreaviso, ficando a critério do gestor fazer a convocação do servidor conforme a necessidade de serviço.

Estão definindo como equacionar a norma para CCT - FG, gerentes de APS possam cumprir esta jornada de 35 horas. E ainda como liberar o SISREF para Gerentes Executivos.

A priori, a instituição pretende colocar aproximadamente 130 APS que não preenchem as condições para o turno estendido possam estar no turno de 35 horas com sobreaviso de 01 hora.

Os representantes da Federação disseram que existe um grupo que estava discutindo a questão do REAT e a jornada de trabalho, que **defendemos as 30 horas para todos e que existe legislação para isso, inclusive já funcionava em turno ininterrupto com base no Decreto 1590/95**.

No acordo de greve de 2015, foi estabelecida a busca com urgência para solucionar a situação das APS que estão fora do turno estendido, e elaborada Nota Técnica embasando o funcionamento de unidades do PEX e com número reduzido de servidores em Turno Único por medida de economia. Reiteramos que seja reapresentada proposta ao Ministro do Planejamento para que todas as APS tenham funcionamento em 30 horas semanais de trabalho. Isso já foi negociado e coloca todos os trabalhadores das agências na mesma jornada. E voltamos a insistir na necessidade de Concurso Público, para reposição da força de trabalho, bem como que sejam convocados os aprovados no último concurso que estão aguardando.

Sobre a concessão do Adicional de Insalubridade, após a publicação da Nova Orientação normativa que não exige como condição a necessidade do contato pessoal, surgiu outro problema que são os laudos técnicos das condições de trabalho. Muitos servidores que estão no mesmo ambiente de trabalho estão sendo retirados o adicional de insalubridade. Como existem problemas da aplicabilidade, ficou acertado que todos os problemas dos Estados serão encaminhados para a Diretoria de Gestão de Pessoas. Sobre a questão da progressão dos dirigentes liberados de ponto para mandato classista, afirmaram que estão cumprindo a orientação da Procuradoria, que o liberado tem direito a progressão, com base no RJU que estão em efetivo exercício.

Em relação às pendências dos descontos em relação aos dias paralisados em razão de greves e protestos, os descontos estão sobrestados, porém terão que ser negociados no Ministério do Planejamento.

A FENASPS informou ainda que estaremos encaminhando ofício solicitando a liberação dos servidores para participação no XV Congresso Nacional da federação, convocado para dias 26 a 29 de outubro de 2017. Além disso, a DGP vai responder ao pedido de liberação de servidores do RN para participarem do Seminário INSS Digital, que será realizado em Natal/RN.

Sobre os demais pontos de pendência da greve de 2015, ficou o compromisso do Diretor Thiago de agendar audiência com o presidente do INSS, conforme solicitação da FENASPS.

É importante os servidores informarem aos sindicatos Estaduais e a FENASPS, sobre os problemas que surgirem para permanência e inclusão no REAT, pois com o processo de aposentadorias, remoções aumenta ainda mais os problemas e as mazelas do INSS, com a falta de servidores para atender as demandas. A luta da categoria é uma solução que venha contemplar a jornada igual para todos os servidores.

A FENASPS convoca os servidores de todo o país para intensificarem as mobilizações, preparando a greve por tempo indeterminado a partir de 16 de agosto!

Somente na luta conquistaremos as reivindicações!

Brasília, 19 de julho de 2017

Plantão da Diretoria Colegiada da *FENASPS*

SDS - Ed. Venâncio V - Loja 28 - Térreo - CEP: 70393-900 - Brasília-DF - Telefone: 61 - 3226.7214
Fax: 61 - 3226.7285 e 3321.1160 - E-mail: fenasps@fenasps.org.br

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA CONJUNTA ENTRE FENASPS E OS MINISTÉRIOS DA SAÚDE E DO TRABALHO

Data: segunda-feira, 17 de julho de 2017
Horário: 14h30
Local: Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho

Presentes pelo Ministério do Trabalho: Paulo Ferronato (coordenador-geral de Gestão de Pessoas - COGEP); Iris de Sousa (coordenadora de Legislação de Pessoal); Aparecida Fernandes (COCAP/COGEP); Valdir Filho (Divisão de avaliação, cargos e carreiras). Pelo Ministério da Saúde: Selma Marques (assessora da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGESP).

Presentes pela FENASPS
Cleuza Faustino (MG), Diná Neres (SP), Pedro Jorge (RJ), Valmir Braz (SC) e Vivian Hampe (RS)

Em virtude das mobilizações realizadas em frente ao Ministério do Trabalho e Ministério da Saúde, nesta segunda-feira, 17 de julho, para lançamento da Campanha Salarial dos trabalhadores do Seguro e da Seguridade Social e Anvisa, cujo o objetivo principal era conseguir uma audiência com os ministros da Saúde e do Trabalho, após vários contatos com os gabinetes desses ministérios, os

representantes da Fenasps conseguiram agendar audiência conjunta com os Secretários Executivos dos Ministérios da Saúde e Trabalho para as 14 horas do mesmo dia.

Entretanto, para a nossa surpresa, os representantes do Ministério do Trabalho que nos atenderam eram coordenadores de Carreira e Gestão de Pessoas, com a justificativa que o Secretário Executivo estaria em uma reunião externa mais que chegaria em breve.

Ainda sem a representação do Ministério da Saúde, que chegou algum tempo depois, falamos sobre a necessidade de os Ministérios da Saúde e Trabalho, por meio de seus ministros, fazerem contato com o Ministério do Planejamento para garantir discussão e atendimento à pauta dos servidores da Seguridade Social (ou carreira da Previdência, Saúde e Trabalho).

Esses trabalhadores há muitos anos apenas veem sendo protocoladas, por meio da Mesa Setorial do Ministério da Saúde, as pautas de reestruturação das tabelas no Ministério do Planejamento, mas simplesmente essas propostas são engavetadas e as expectativas dos servidores ficam frustradas.

Neste ano, diferente dos outros, a categoria organizou essa manifestação para garantir que pelo menos os ministros dessas duas pastas se envolvam nesse processo, buscando a valorização dos servidores, junto ao Planejamento. Em que pese não termos obtido sucesso na representação da Secretaria Executiva dos dois Ministérios, conseguimos a parceria de todos colegas que representam a área

de Gestão de Pessoas que se comprometeram com a representação da FENASPS de envidar todos os esforços para a realização de uma audiência ainda nesta semana.

Apesar disso, não houve possibilidades de realizar uma audiência conjunta, mas os coordenadores se comprometeram a agenda-la após a reunião que será realizada entre a Fenasps e o ministério do Planejamento nesta quarta-feira, 19 de julho.

Brasília, 18 de julho de 2017

Diretoria Colegiada da ***FENASPS***

RELATÓRIO DA REUNIÃO REALIZADA NO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO DIA 19 DE JULHO DE 2017

Presentes pela Fenasps: Moacir Lopes (PR), Deise Lúcia (SP), Lídia de Jesus (BA), José Campos (RS), Thaize Antunes (SP), Eduardo Franco (SP), Cleuza Faustino (MG), Sebastião Oliveira (PR), Carlão (DF), Maria Goreti (SC).

REPRESENTANTES DO MP: Augusto Akira Chiba (Secretário de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento – SGP/MP), José Borges (Diretor da SGP) e Carlos Cesar Batista (Coordenador-geral da SGP)

Na abertura da reunião os representantes da FENASPS reapresentaram os pontos da pauta de reivindicação dos servidores, referente à Campanha Salarial 2017, protocolada no Ministério do Planejamento, bem como no MDSA, no INSS, no Ministério da Saúde, no Ministério do Trabalho e na ANVISA (**confira as pautas detalhadas aqui**).

Após a apresentação dos presentes, o Secretário de Gestão de Pessoas, Sr Akira Chiba, fez considerações referentes ao ponto de pauta que diz respeito a assuntos financeiros, pois após a promulgação da **Emenda Constitucional (EC) n° 95** (resultado da **aprovação da PEC 55**, em dezembro 2016), que estabelece teto para os gastos públicos por 20 anos, qualquer assunto desta ordem depende de análise e equalização do ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

Após expressar as dificuldades orçamentárias disse ainda ser difícil acordos acima da inflação. Então ficou evidente a disposição do governo em não atender o ponto da pauta referente à reposição das perdas e política de recomposição com base na inflação acumulada. A seguir, o secretário da SGP discorreu sobre os demais pontos da pauta:

1. **Incorporação das gratificações: GDASS, GDPST e GAE ao vencimento básico**:

O Secretário Augusto Akira disse que a questão requer orçamento e já está sendo feita análise pelo ministro do Planejamento. Porém, reafirmou que hoje enfrentam grande desafio por falta de verbas. Fizemos ponderações que o governo anterior firmou acordo de dois anos com a compromisso de rever os reajustes para 2018 e 2019, e que houve acordos privilegiando outras carreiras de Estado e ainda que grande parcela dos nossos salários corresponde a gratificações.

Apesar da resistência, disse que faria as consultas internas no governo e daria retorno, mas todo e qualquer reajuste esbarra nas questões orçamentárias e também na EC 95 (ex-PEC 55) do teto de gastos. Esta emenda permite no máximo autorizar crescimento da folha conforme a inflação que hoje está em média 3,5% a 4%, e somente o crescimento vegetativo da folha de pagamento ultrapassa este índice.

2. **JORNADA DE TRABALHO para as Carreiras do Seguro Social, PST e ANVISA da jornada de 30 horas sem redução de salário**:

Demonstrou muita resistência, externando que somente haveria redução de jornada para 30 horas com redução salarial, já que uma eventual mudança para determinada carreira, repercutiria nas outras carreiras da Esplanada dos Ministérios. Os representantes da Federação expuseram as especificidades de nosso trabalho no atendimento ao público com milhares de segurados atendidos em todo o país, executando um trabalho complexo no reconhecimento de direitos ao cidadão, bem como o ritmo de trabalho. Também foi ressaltado que os trabalhadores do Seguro e Seguridade Social cumprem esta jornada desde 1983.

Atualmente, a jornada de 30 horas é feita com base no decreto 1590/95 em turno ininterrupto e Regime Especial de Atendimento em Turnos (REAT), no INSS. Após estas explicações, o secretário ficou de aprofundar esta questão junto com representação do INSS e dos outros órgãos. Neste ponto também abordamos as condições de trabalho e cobramos a necessidade de a instituição realizar os exames periódicos. Foi expressado pelo governo que não existem dificuldades financeiras para realização de exame periódico e se comprometeu a verificar os entraves nesta questão;

3. **Prorrogação da validade dos concursos para a Carreira do Seguro Social e nomeação imediata de todos aprovados, bem como concurso para as Carreiras do PST e ANVISA:**

O secretário reafirmou as dificuldades orçamentárias devido à aprovação da Emenda Constitucional do congelamento dos gastos públicos, mas afirmou ser mais fácil prorrogar os concursos e chamar os concursados. Após nossas considerações das dificuldades de execução dos serviços tanto no INSS, Saúde, MTE e ANVISA com o crescimento da demanda desproporcional à demanda da população, nos foi informado o seguinte: no INSS vai chamar 950 aprovados e os da ANVISA serão chamados.

Neste sentido, existe um cronograma para as nomeações, no caso dos excedentes, seria mais complicado chama-los. Ficou de examinar situações de servidores cedidos e da Infraero, que tem acordo judicial que garante a estabilidade até 2020, motivo pelo qual está buscando alocar esta mão de obra em áreas do Serviço Público para suprir carência de pessoal, uma vez que tem dificuldades orçamentárias para Concurso Público. O Secretario Akira Chiba afirmou que diante da proibição de contratação de pessoal e escassez de recursos, um dos objetivos do governo fazer automatização em todas as áreas do serviço publica para agilizar atendimento à população e facilitar as análises de processo.

4. Reestruturação dos Planos de Carreiras:

O secretário afirmou que as regras diferentes das carreiras são um complicador para a gestão e reconheceu a necessidade de serem "mais criativos" na discussão de Carreiras. Mostrou-se pouco afeito a implementar o Adicional de Qualificação nas Carreiras, pois entende que algumas carreiras, para receber este adicional, exigem título de doutorado e não verifica esta necessidade para o conjunto das carreiras do Executivo.

Enquanto Fenasps lembramos do compromisso do acordo de greve de 2015 em aprovar o Comitê Gestor para tratar destas questões pertinentes à Carreira e fomos informados que, sobre o Comitê Gestor do INSS, sua minuta já foi ajustada e saiu do Ministério do Planejamento para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Os representantes do MP ficaram então de verificar o andamento por lá. No caso da Carreira da Seguridade, que para ser encaminhada precisa sair por meio de Minuta Interministerial, se comprometeram a verificar a demora do parecer do jurídico, já que houve reunião no MDSA para tratar do comitê da Seguridade Social no último dia 12 de julho.

5. Aumento do *per capita* dos Planos de Saúde:

Akira Chiba reconheceu a necessidade de ajustes e neste sentido informou que existe um grupo de trabalho realizando estudos para equacionar esta questão e apresentar proposta ao Ministro do Planejamento. O secretário afirmou ainda que,

como não tem espaço para aumento salarial, é necessário estabelecer políticas nesta área e reconheceu que os planos de saúde estão aumentando sem controle mais efetivo;

6. **Condições de trabalho: infraestrutura, treinamento, combate ao assédio moral**:

Reconheceu a necessidade de se estabelecer políticas de atenção ao servidor, mas estas questões esbarram novamente nas restrições financeiras;

7. **Revisão dos valores do vale-alimentação, auxílio-creche e diárias**:

A afirmação do representante do governo é de que, diante das dificuldades para concessão de aumentos salariais (embora reconheça que houve tratamento diferenciado as carreiras com acordos de dois anos), estão realizando estudos para ser discutido dentro do governo com objetivo de fazer a correção dos valores, ainda tenha impacto financeiro elevado fazer correção dos valores para mais 600 mil servidores das carreiras do poder executivo.

8. **Correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF)**:

Esta demanda também depende de política macro do governo federal.

9. **Cumprimento do acordo de greve de 2015**:

Colocou-se à disposição para até o inicio de agosto marcar reunião junto com o INSS para tratar das pendências do acordo de greve e outras demandas. Sobre a cláusula do acordo referente ao cálculo das gratificações por ocasião das aposentadorias, cujas diferenças eram para serem pagas 1/3 em janeiro de 2017 e o restante em janeiro de 2018 e janeiro de 2019. Fomos informados pelos diretores da SGP do Ministério do Planejamento de que os ajustes dos sistemas foram muito trabalhosos, pelo fato de contemplar servidores de outros ministérios, mas estão sendo homologados até o final do mês para sair na folha de agosto com recebimento no inicio de setembro/17.

10. **Situação Funcional dos Servidores em mandato classista retornar para folha**:

O secretário afirmou que o Ministério do Planejamento realizou esforços e a Medida Provisória saiu do Ministério nessa terça, 19 de julho, e foi para a Casa Civil, para a volta em folha, por ter causado vários transtornos aos liberados;

11. Acordo sobre paralisações:

A FENASPS comunicou que os servidores estão preparando para entrar em greve por tempo indeterminado, pois nenhum dos pontos da pauta apresentada foi atendido pelo governo. Para tratar destas questões ficou definido realizar nova audiência na primeira semana de agosto, com a presença do Presidente do INSS e representantes de outros órgãos, para discutir a pauta especifica.

Considerando que nenhuma reivindicação vira sem luta, a importante que os servidores dos locais de trabalho discutam estas questões para definirmos os rumos da luta na plenária de 05 de agosto de 2017.

A FENASPS convoca os servidores de todo o país para intensificarem as mobilizações preparando a greve por tempo indeterminado a partir de 16 de agosto!

Somente na luta conquistaremos as reivindicações!

Brasília, 19 de julho de 2017

Plantão da Diretoria Colegiada da ***FENASPS***

SDS - Ed. Venâncio V - Loja 28 - Térreo - CEP: 70393-900 - Brasília-DF - Telefone: 61 - 3226.7214
Fax: 61 - 3226.7285 e 3321.1160 - E-mail: fenasps@fenasps.org.br